



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADÊMICOS E REGISTRO GERAL  
DIVISÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

PROGRAMA ANALÍTICO

DISCIPLINA

CÓDIGO: IF 136  
CRÉDITOS: 04  
(2T-2P)

PERÍCIA AMBIENTAL

Cada Crédito corresponde às 15h/ aula

INSTITUTO DE FLORESTAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS

OBJETIVO DA DISCIPLINA:

Preparar e capacitar o aluno para a execução de perícias ambientais judiciais e extrajudiciais e para o exercício da função de peritos e/ou assistentes técnicos, contemplando em sua formação os aspectos jurídicos, conceituais, técnicos, legais e metodológicos da atividade estimulando estudos de caso e simulações das principais atividades relacionadas à Perícia Ambiental Criminal.

EMENTA:

Legislação ambiental relacionada à prática da perícia; tutela processual do meio ambiente; Definições e aspectos gerais da perícia ambiental. Características da perícia. Tipos de perícia. A perícia judicial. A perícia extrajudicial. A função de Perito e de assistente técnico. Definição e formulação de quesitos. Preparação de Laudo e Parecer. Planejando e desenvolvendo uma perícia: organização, instrumentos e metodologias aplicáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

**Aulas teóricas:**

**1. Aspectos jurídicos relacionados à perícia ambiental**

- 1.1. Legislação ambiental Brasileira
- 1.2. A tutela processual do meio ambiente
- 1.3. A prova pericial no contexto legal
- 1.4. A Perícia e o Perito no Código do Processo Civil
- 1.5. A lei da ação civil pública (Lei 7347-85)

**2. Aspectos gerais da perícia ambiental**

- 2.1. Definição de perícia e campos em que se ela se aplica

- 2.2. A perícia ambiental como uma perícia específica
- 2.3. Admissibilidade da perícia
- 2.4. A perícia na esfera civil e criminal
- 2.5. Tipos de Perícia (processual; extraprocessual)
- 2.6. A função e distinção entre o Perito e do Assistente Técnico
- 2.7. Escusa, impedimento e suspeição do perito
- 2.8. As etapas que compõe o rito pericial
- 2.9. Formulação e resposta a quesitos
- 2.10. Preparação e confecção de laudos periciais
- 2.11. Preparação e confecção de pareceres técnicos
- 2.12. Deveres e responsabilidades profissionais do Perito
- 2.13. Ética na prática pericial

### **3. Etapas de uma perícia ambiental**

- 3.1. Leitura e síntese das alegações e contestações
- 3.2. Acesso e demanda a documentos
- 3.3. Diligências no rito pericial (oitivas, vistorias, exames, avaliações)
- 3.4. Prazos para desenvolvimento de perícias
- 3.5. Cálculo de honorários do Perito e do Assistente Técnico

### **4. Instrumentos e metodologias aplicados à perícia ambiental**

- 4.1. Instrumentos de medição
- 4.2. Análises químicas, físicas e biológicas
- 4.3. O uso de imagens como prova pericial (fotografia, aerofotogrametria, imagens de satélite)
- 4.4. Metodologias de avaliação de impactos ambientais aplicadas à perícia ambiental
- 4.5. Valoração de danos ambientais no âmbito da perícia

### **Aulas práticas:**

#### **5. Práticas baseadas em perícias simuladas**

A partir de dois estudos de casos, os alunos deverão resolver uma série de exercícios relacionados a seguir sobre prática da perícia ambiental:

- 5.1. Caracterização do conflito e o objeto de perícia
- 5.2. Verificação da admissibilidade da perícia
- 5.3. Montagem de equipe de peritos em função dos aspectos envolvidos
- 5.4. Fluxograma das atividades que compõem o rito pericial
- 5.5. Determinação de competência do perito e do assistente técnico
- 5.6. Formulação e resposta a quesitos
- 5.7. Definindo o escopo e as atividades a serem desenvolvidas na perícia
- 5.8. Preparação de laudo e pareceres técnicos

#### **6. Práticas baseadas em casos reais**

A partir de casos reais centrados em ações civis públicas e na análise de procedimentos de caráter público e não sigilosos que tramitam no Ministério Público, os alunos poderão desempenhar todas as etapas que compõem o rito pericial. Todas as atividades praticadas nas práticas simuladas acima descritas serão realizadas em campo pelos alunos, incluindo vistorias em campo. Obrigatoriamente um dos casos será em perícia florestal, podendo os outros tratar de outros aspectos (poluição, contaminação, impactos e danos no solo, ambientes aquáticos e marinhos, etc.)

## **BIBLIOGRAFIA :**

### **Básica:**

\_\_\_\_\_. *A Lei da Natureza: Lei de Crimes Ambientais*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 1998.

ANTUNES, P. B. *Manual de Direito Ambiental*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2006.

BASTOS, J.; NAPOLEÃO, P. *O estado do Ambiente: indicadores ambientais do Rio de Janeiro*. s/ Ed. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Ambiente. 2010.

CAIRCROSS, F. *Meio Ambiente: Custos e Benefícios*. s/ Ed. Barueri: Editora Nobel. 1992.

CARRERA, F. *Uma abordagem jurídica do desenvolvimento sustentável*. 3ª Ed. Livro Doutrina 3. Caxias do Sul: Editora Plenum, 2000.

\_\_\_\_\_. *Conferência Internacional de Direito Penal*. 1ª Ed. João Pessoa: Anais da Conferência organizada pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), 2014.

CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. *Avaliação e Perícia Ambiental*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.

DORST, J. *Antes que a natureza morra*. s/ Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) por Editora Edgard Blucher, 1998.

FIORILLO, C. A. P. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 14ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, L. F. L. *Admissibilidade Jurídica dos Direitos Ambientais e culturais dos povos indígenas*. s/ Ed. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.

YEE, Z. C. *Perícias Rurais & Florestais: Aspectos Processuais e Casos Práticos*. 3ª Ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

### **Complementar:**

CAVALCANTI, D. F. *Legislação de Conservação da Natureza*. s/Ed. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1986.

DIAS, G. F. *Populações marginais em ecossistemas urbanos*. 2ª Ed. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 1994.

FARAH, V. A. *Legislação Florestal: leis, decretos e regulamentos federais*. s/Ed. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola (SIA). 1967.

FARIAS, G. L.; LIMA, M. C. *Coletânea de Legislação Ambiental*. s/Ed. Curitiba: Secretaria de Estado do Desenvolvimento e do Meio Ambiente - Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 1990.

\_\_\_\_\_. *Manual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), 1998.

\_\_\_\_\_. *Mineração e Meio Ambiente: Impactos previsíveis e formas de controle*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) – Comissão Técnica de Meio Ambiente, 1987.

NEPSTAD, D. C.; SCHWARTZAMAN, S.; MOREIRA, A. G.; ALENCAR, A. A. *A Floresta em chamas: origens, impactos e prevenções de fogo na Amazônia*. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. 1999.

PARROTTA, J. A.; TURNBULL, J. W.; JONES, N. *Catalyzing native Forest regeneration on degraded tropical lands*. Amsterdam: Forest Ecology and Management. 1997.

ROCHA, C. M. *Legislação de Conservação da Natureza*. 4ª Ed. São Paulo: FBCN/CESP. 1986.